

## UMA ANÁLISE INTERNACIONALISTA SOBRE A PROTEÇÃO DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS À LUZ DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Gills Vilar Lopes (UFPB e UFPE)  
gills@gills.com.br

**Resumo:** este artigo tem o intuito de situar e compreender a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, lançada em 2008, sob a perspectiva da necessidade de uma doutrina e uma estratégia de defesa que visem, dentre outros, à proteção da Amazônia e, mais especificamente, de suas fronteiras. Busca-se, também, compreender o caráter interdisciplinar que emana da supracitada Estratégia, a qual abrange áreas sensíveis tanto no âmbito militar – defesa nacional, segurança nacional e inteligência de Estado, por exemplo – quanto no acadêmico – levantamento e análise de dados, desenvolvimento de tecnologia nacional etc. –, em que é possível vislumbrar a atuação do internacionalista. Este artigo se pauta por uma metodologia eminentemente qualitativa, em que pesem três métodos: o estudo de caso brasileiro, a análise de discurso e a análise documental.

**Palavras-chave:** Amazônia. Fronteira. Brasil. Proteção. Defesa.

**Abstract:** this article has the aim at situating and understanding the 2008 Brazilian National Strategy of Defense, from the perspective of the need of a defense doctrine and strategy aimed at, among others, the protection of the Amazon and, particularly, of its borders. It also seeks to understand the interdisciplinary character that emanates from this Strategy, which covers sensitive areas at military – national defense, national security, and State intelligence, for example – and at academic issues – data surveys and analysis, national technology development etc. –, in which it is possible to envision the role of the internationalist. This article has a qualitative methodology, based at three methods: the Brazilian case study, discourse analysis, and the analysis of documents.

**Key-words:** Amazonia. Border. Brazil. Protection. Defense.

### Introdução

Lançada em dezembro de 2008, e com o subtítulo “Paz e segurança para o Brasil”, a Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira preenche lacunas oriundas e alargadas por vários setores – militar, político, social etc. –, delimitando a ação das Forças Armadas brasileiras. Ademais, ela dá outras providências para áreas críticas à soberania nacional do país, sobretudo no que diz respeito à Amazônia (especificamente, da Amazônia Verde, em contraposição à Azul, a qual visa à proteção da costa litorânea brasileira) e ao desenvolvimento de uma indústria nacional de defesa forte e independente.

Tendo sido engendrada por vários setores do alto escalão dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Forças Armadas – Comandos do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira), a END é resultado, também, do Plano de Defesa Nacional (PDN), lançado em 2005. O PDN, por sua vez, e *grosso modo*, versa sobre: (i) o Estado, a segurança e a defesa; (ii) o ambiente internacional; (iii) o ambiente regional e o entorno estratégico; (iv) o Brasil; (v) os objetivos da defesa nacional; (vi) orientações estratégicas; e (vii) diretrizes (BRASIL, 2005). Assim, a END é direcionada a várias áreas

militares e civis. De acordo com a Carta de Recomendação do seu Projeto de Decreto (BRASIL, 2008), ela é mais do que um documento de cunho político-militar, é “um tema de interesse de todos os setores da sociedade brasileira”, pois visa também proteger – por meio do monitoramento constante e capacitado – áreas geoestratégicas assaz importantes, como a Amazônia e as suas fronteiras.

É justamente nesse nicho geoestratégico que o presente artigo se insere, em uma tentativa de analisar quais políticas públicas e/ou privadas invocadas pela END convergem para a matéria da proteção das fronteiras amazônicas, bem como, ao fazer isso, demonstrar em que o profissional de Relações Internacionais (RI) – internacionalista – pode ser inserido e se inserir.

### **1. Situando o objeto de análise: as fronteiras amazônicas**

Notoriamente, ao se debruçar na leitura da END, a Amazônia não é o cerne da questão; é, sim, parte – imprescindível – do todo, *i.e.*, um ponto fulcral que precisa, de acordo com uma visão neoinstitucionalista liberal percebida no Documento, ser melhor gerido para o próprio desenvolvimento da nação. Todavia, questões de proteção fronteiriça e de defesa a possíveis intervenções militares e paramilitares ao gigante bioma amazônico são também colocadas pontual e efusivamente em discussão no Documento.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia é o maior bioma continental brasileiro em extensão, ocupando uma área de aproximadamente 4.196.943Km<sup>2</sup>, ou seja, 49,29% de toda a área de todo o Brasil (IBGE, 2010). Tendo em vista essa hercúlea extensão, e fazendo uma comparação com outros países, pode-se considerar a Amazônia como o sexto maior “país” do mundo, perdendo apenas para Rússia, Canadá, China, Estados Unidos da América (EUA) e Índia. Ainda, para se ter uma ideia dessa dimensão, ela ocupa uma área equivalente à metade da Europa e sete vezes a da França (DEFESABR, 2008). Ademais sua extensão gigantesca, a Amazônia possui, ainda, dois aspectos naturais importantes que causam a inveja e, conseqüentemente, cobiça por parte de muitos países estrangeiros: uma considerável quantidade de água doce – cerca de 20% das reservas mundiais –, que é abastecida pelo segundo rio mais extenso do mundo, o Rio Amazonas; e uma extraordinária reserva mineral estimada em torno de US\$ 50 trilhões (DEFESABR, 2008). Isso tudo sem levar em conta sua biodiversidade ímpar e imensurável.

Ao longo dos anos, a Amazônia sempre despertou o interesse de vários atores importantes no cenário político internacional. Para se ter uma ideia mais exata, algumas

citações foram formuladas por Chefes de Estado, o que tornava, até meados de 2007, urgente a formulação de um plano estratégico nacional que visasse mecanismos políticos e militares de combate à concretização das afirmações abaixo:

‘Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas’. Margaret Thatcher (Primeira-Ministra do Reino Unido, 1983).

‘Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós. Oferecemos o perdão da dívida externa em troca da floresta’. Al Gore (Vice-Presidente dos EUA, 1989).

‘O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia’. François Mitterrand (Presidente da França, 1989).

‘O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes’. Gorbachev (Último Presidente da URSS, 1992).

‘Caso o Brasil resolva fazer uso da Amazônia, pondo em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos que estar prontos para interromper este processo imediatamente’. General Patrick Hugles (Diretor da Agência de Inteligência de Defesa dos EUA, 1998).

‘A floresta amazônica e as demais florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas a uma gestão coletiva pela comunidade internacional’. Pascal Lamy (Comissário de Comércio da União Europeia, 2005). (DEFESABR, 2008).

Nessa perspectiva, e a título de resposta a todas essas vozes estrangeiras, a END é enfática ao afirmar, em suas diretrizes, que

[a] Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa [nacional]. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. *Repudiará*, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, *qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros* – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. *Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.* (END, 2008, p. 14, grifo do autor)

Nesse nicho de oportunidades extraordinárias auferidas do maior bioma brasileiro, entra a questão delicada da proteção às fronteiras, sobretudo, as amazônicas. Para se ter uma exata ideia dessa dimensão fronteiriça, o Brasil faz limites, no que tange ao compartilhamento da Amazônia, com sete países: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, que totaliza aproximadamente 14.000 Km de faixa fronteiriça.

Por toda a Amazônia, em 2004, havia um efetivo de apenas 25.000 militares, apesar de ser um número bem maior em relação aos 6.000, em 1986 (JOBIM, 2008, p. 3). Mesmo assim, é um número que está muito aquém das expectativas de proteção demandadas por aquela região. Como sabido, após o século XIX, não se pode mais medir o potencial bélico de

um Estado apenas por seu efetivo militar<sup>1</sup>, porém o número de combatentes ainda é importante em uma eventual empreitada bélica, sobretudo no coração amazônico, onde, por exemplo, o uso de tanques é praticamente inútil.

Desde sua gênese, os estudos de Relações Internacionais (RI) foram pautados por pressupostos positivistas e racionais, em que os principais temas da agenda internacional diziam respeito quase que exclusivamente a *high politics*, ou seja, basicamente a segurança nacional e macroeconomia. Um grande erro de se estudar RI hoje é ainda continuar com esse viés subminimalista das questões internacionais. Levar em conta não apenas questões de *high politics*, mas também fatores outros que contribuam para a tomada de decisões de estadistas ou para a formação de uma opinião pública crítica também são essenciais para se entender as relações internacionais hodiernas. A END, ciente desses dois tipos de possíveis “ataques” – *hard* e *soft* –, propõe procedimentos para monitorar áreas críticas que podem sofrer ameaças tanto por parte de um Estado quanto por parte de um ator não estatal – por exemplo, uma narcoguerrilha, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – ou, mesmo, controlando ações suspeitas de organizações não governamentais (ONG), que comumente atuam perto ou nos limites de fronteiras. Para corroborar essa inquietude, um dado interessante é trazido pelo Correio Brasiliense (2007):

Cerca de 6.300 militares norte-americanos, sem contar soldados de agências não-governamentais contratados pelo governo dos Estados Unidos, estiveram baseados ou realizaram operações na região da Amazônia entre 2001 e 2002, segundo o Centro de Inteligência do Exército (CIE) brasileiro.

Portanto, as fronteiras amazônicas representam um ponto crucial à soberania nacional, uma vez que ela é a porta de entrada e saída para esse vasto espaço de riquezas naturais que é o bioma Amazônia, bem como o ponto de acesso ao território nacional brasileiro, pelo Norte.

Tendo em vista esse cenário tão cobiçado e, concomitantemente, apresentando grandes defasagens humanas e logísticas para sua proteção, nada mais lógico do que figurar, em uma estratégia de defesa que se diz nacional, espaços destinados às fronteiras amazônicas. É justamente do que trata a próxima seção.

## **2. Entendendo a unidade de análise: a estratégia nacional e defesa**

Esta parte analisa a END, buscando entender quais são seus pontos principais e objetivos-mor. Basicamente, a END é o Anexo do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, o qual

---

<sup>1</sup> Esse era o princípio por trás das chamadas guerras de primeira geração. Hoje em dia, diz-se viver numa quarta geração.

aprova a Estratégia e dá outras providências<sup>2</sup>. A Estratégia está dividida em duas partes, a saber: (i) Formulação Sistemática; e (ii) Medidas de Implementação. Ao longo de sua existência, pretende-se que ela seja “[...] complementada por planos para a paz e para a guerra, concebidos para fazer frente a diferentes hipóteses de emprego” (BRASIL, 2008).

Um marco importante para a política de defesa do Brasil foi a nomeação do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson A. Jobim, para o cargo de Ministro de Estado da Defesa, em 2007. Jobim, conhecido por seu caráter pragmático, tomou posse no novo cargo e não tardou em visitar as fronteiras amazônicas para ver, de perto, quais as principais dificuldades encontradas pelos militares e suas bases naquela região. No mesmo ano, fez esforços efusivos e conseguiu que o orçamento do ano seguinte destinado às Forças Armadas fosse incrementado em 50%. O próximo passo, então, foi reestruturar física e moralmente as Forças Armadas brasileiras.

Constantemente preocupado com a questão da defesa da soberania nacional, por intermédio da manutenção dos militares alojados na Amazônia, ainda em 2007, Jobim juntou esforços com: o então Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo (órgão – com *status* de Ministério – que passou a se chamar Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR) e estrategista, Roberto Mangabeira Unger; pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia; e foi assistido pelos Comandantes das Forças Armadas. Cria-se, assim, o *Comitê Ministerial*, o qual foi o encarregado de formular a END. Além desses, o Comitê contou também com participação de especialistas em defesa nacional, representantes de instituições públicas e privadas, bem como de “cidadãos de reconhecido saber no campo da defesa” (BRASIL 2008). Finalmente, em 2008, o Comitê entregou ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o documento final contendo a END.

## 2.1 O documento

O grande objetivo da Estratégia é o de modernizar a estrutura nacional de defesa, por meio de ações estratégicas de médio e longo prazo. Para esta tarefa, essas estratégias deverão estar em consonância com três eixos interrelacionados:

---

<sup>2</sup> Para facilitar a leitura e as exposições do Decreto, o Ministério da Defesa disponibilizou, em 2009, a segunda edição da END, diagramada e numerada, que pode ser baixada diretamente do endereço virtual: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf).

1. reorganizar as Forças Armadas: neste caso, foram traçados três setores estratégicos e imprescindíveis para a defesa e o desenvolvimento nacionais: o cibernético, o espacial e o nuclear;
2. reestruturar a indústria brasileira de material de defesa: para que haja um efetivo reequipamento das Forças Armadas, faz-se mister o desenvolvimento e o fortalecimento de uma indústria que se baseie em tecnologia cujo domínio seja de conhecimento e de poder da nação brasileira; e
3. criar e manter uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas: esta política está pautada justamente na manutenção do Serviço Militar Obrigatório (SMO), o qual deve refletir o caráter republicano do País, ou seja, os quadros das Forças Armadas devem ser o mais próximo possível dos concidadãos brasileiros, longe de quaisquer tipos de estratificação econômico e/ou social.

Ademais, percebe-se que a END, em sua Introdução, invoca o Art. 4º da Constituição Federal de 1988 (CF-88), a qual afirma, *in verbis*, que:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos. (BRASIL, 1988).

Esse caráter pacífico buscado pela diplomacia brasileira também é incorporado pela caserna, e é vista por todo o *corpus* textual da END. Todavia, esse caráter não significa, outrossim, afirmar que as Forças Armadas deverão ficar sucateadas e renegadas pelos poderes civis. Sobre isso, a END adverte que se o país desejar “ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças” (BRASIL, 2008).

Como fazer, contudo, com que uma população acredite que um dos mais eficazes utensílios para se fazer presente ante as principais vozes do mundo é justamente investir na indústria bélica? Como fazer com que o “povo brasileiro” legitime investimentos bélicos, enquanto parte da população passa fome? Esses tipos de perguntas certamente nortearam as mentes por trás da formulação da END.

Para contornar esse perigo que seria a não aceitação da população, frente à END<sup>3</sup>, é que a questão do desenvolvimento se faz presente no Documento. A conciliação entre Defesa e Desenvolvimento faz muito sentido, aqui. Para exemplificar esta façanha, utiliza-se do

---

<sup>3</sup> Aos olhos da teoria da securitização, da Escola de Copenhague, pode-se dizer que o Comitê Interministerial securitizou a END ao setor político brasileiro.

seguinte silogismo: para se reestruturar as Forças Armadas é preciso de material bélico que, até então, não era produzido nem dominado pela indústria nacional; e a indústria nacional não estava preparada; logo, é necessário investir em ciência e tecnologia (C&T) nacionais para se alcançar este objetivo. Portanto, ao se defender – ou “dramatizar”, nas palavras da Escola de Copenhague (BUZAN et al, 1998) – essa ideia, o país estará automaticamente dizendo *sim* a uma proposta de desenvolvimento nacional próprio. Para tanto, o desenvolvimento proposto pela END é pautado por três princípios da independência nacional, a qual deve ser, necessariamente: (i) efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos; (ii) alcançada por uma capacitação tecnológica autônoma e independente; e (iii) assegurada pela democratização de oportunidades para o cidadão brasileiro poder estudar, trabalhar e produzir.

Os três eixos que norteiam a END são aqui esmiuçados para prover maiores informações quanto ao *modus operandi* de toda essa reestruturação física e metafísica, no que se refere às Forças Armadas, e do *modus vivendi* da população quanto a esse novo ideal de se buscar o fortalecimento da defesa nacional, por meio de um desenvolvimento nacional autônomo. Para a concretização dessas três principais tarefas – ou Eixos –, são apontadas 23 Diretrizes a fim de que a Estratégia seja bem-sucedida em sua empreitada. Desses 23 eixos, destacam-se sete que dizem respeito, direta ou indiretamente, à questão das fronteiras amazônicas, a saber:

1. Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres [...]
3. Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras. Este desenvolvimento dar-se-á a partir da utilização de tecnologia [...] nacional.
4. Desenvolver [...] a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica.[...].
8. Reposicionar os efetivos das três Forças. As principais unidades do Exército, [...] Marinha [...], Força Aérea estão quase todas localizadas em [...] São Paulo. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul.[...].
9. Adensar a presença de unidades [...] nas fronteiras. Nas fronteiras [...], as unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea têm [...] tarefas de vigilância [...].
10. Priorizar a região amazônica. A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos

servam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica. [...] (BRASIL 2008).

Neste ponto, se finda a primeira parte da Estratégia, a “Formulação Sistemática”. A segunda parte, “Medidas de Implementação”, apenas contextualiza e orienta determinadas ações para se conseguir alcançar os resultados propostos, o que foge aos propósitos deste texto.

## **2.2. O Plano Amazônia Protegida**

Embutida nas diretrizes acima elencadas, o Plano Amazônia Protegida (PAP) é um sistemático e abrangente conjunto de ações estratégicas que visa à proteção da Amazônia e, concomitantemente, à preservação da soberania nacional, cujos eixos norteadores são: (i) o desenvolvimento, (ii) a segurança e a própria (iii) preservação amazônica. O Plano fornecerá, nas palavras de Carvalho (2009:17-8):

[...] uma nova articulação para as Unidades do Exército e as dotará com equipamentos de avançada tecnologia e será executado em duas fases. A Primeira Fase apresenta ações decorrentes do Decreto nº 6.513, de 22 de julho de 2008, no sentido de que o Comando do Exército instale Unidades permanentes em terras indígenas na faixa e fronteira e deve ser colocado em ação entre os anos de 2010 a 2021, engloba a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira e a adequação de infraestrutura e modernização operacional dos Pelotões Especiais de Fronteiras existentes. Serão implantados vinte e oito novos Pelotões Especiais de Fronteiras distribuídos pelos seis Estados da Região Amazônica.

O PAP conta com a participação de outros setores interconectados à esfera pública federal, de atuação civil e militar, como o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ministérios e outros. Trata-se, portanto, de um Projeto ambicioso de articulação e implementação de infraestrutura de ponta para melhor proteger o bioma Amazônia e suas fronteiras.

Para melhor compreender o PAP, o Exército Brasileiro disponibilizou um vídeo oficial que explica os principais pontos do programa. Nele, é possível ver, dentre outros, a abrangência hercúlea da primeira fase do Projeto, orçado em aproximadamente R\$ 140 milhões (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010). Portanto, o PAP é, em suma, a materialização da END para as questões pertinentes à proteção da Amazônia e de suas fronteiras.

## **Considerações finais**

Lançada em maio de 2010, a Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy*) dos Estados Unidos é uma atualização das últimas Estratégias do governo estadunidense (e,

para os mais interessados, foi na Estratégia de 2002 que o governo estadunidense cunhou o termo “Guerra ao Terror”). Cuida-se, portanto, de importante Documento norteador das políticas interna e externa dos EUA, no que tange às questões de defesa nacional.

É deveras interessante ressaltar que, na Estratégia de Segurança Nacional estadunidense, o Brasil é citado expressamente como um *player* político internacional a ser levado em consideração pela Administração da superpotência. Esse status novel torna ainda mais concreta a necessidade de o Brasil se afirmar como engendrador de seu próprio desenvolvimento, como apregoa a END.

As principais partes em que o Brasil é citado são referentes às suas ações sociais e ao uso de combustíveis menos poluentes. Todavia, alguns aspectos quanto à defesa também podem ser observados, como as que se seguem abaixo:

*The starting point for that collective action will be our engagement with other countries. The cornerstone of this engagement is the relationship between the United States and our close friends and allies in Europe, Asia, the Americas, and the Middle East—ties which are rooted in shared interests and shared values, and which serve our mutual security and the broader security and prosperity of the world. We are working to build deeper and more effective partnerships with other key centers of influence—including China, India, and Russia, as well as increasingly influential nations such as Brazil, South Africa, and Indonesia—so that we can cooperate on issues of bilateral and global concern, with the recognition that power, in an interconnected world, is no longer a zero sum game. [...] We will encourage Brazilian efforts against illicit transnational networks. As guardian of a unique national environmental patrimony and a leader in renewable fuels, Brazil is an important partner in confronting global climate change and promoting energy security. (ESTADOS UNIDOS, 2010: 3, 44-5, grifo do autor).*

Portanto, não há melhor momento do que o atual – o qual propicia uma conjuntura internacional favorável ao Brasil, que, ao lado de outras nações como Índia, Rússia e China, é cotado como um dos novos centros de poder regionais – para pôr em prática ações ambiciosas e inéditas em matéria não somente de defesa nacional, mas também de desenvolvimento nacional.

O ex-ministro Mangabeira Unger afirmara que, se a Amazônia fosse desenvolvida, o Brasil também o seria. Essa máxima é de fulcral importância para se compreender o fato de que grande parte das ações contidas na END se volta para aquele bioma.

Nesse nicho de oportunidades aos internacionalistas, a END brasileira se apresenta como um utensílio vital para a implantação autônoma e independente das políticas interna e externa do país, propiciando desenvolvimento tecnológico, econômico e social ao País. É nesse sentido que o profissional de RI deve ser convocado também para ajudar a melhor

pensar a proteção de uma área tão estratégica para o Brasil, como é a questão das fronteiras amazônicas.

## Referências

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicado em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)]. Disponibilidade 09/09/2012.

BRASIL (2005) **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Publicado em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)]. Disponibilidade 30/05/2012.

BRASIL (2008) **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Publicado em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)]. Disponibilidade 03/06/2012.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de (1998) **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner.

CARVALHO, Patrícia E. da S. C. (2009) **Amazônia protegida – O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro inserido no Plano Amazônia Protegida: a importância do apoio médico comunitário pelo Serviço de Saúde do Exército como instrumento integrador**. Monografia de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares, apresentada à Escola de Saúde do Exército (Orientadora: Carina Denise Lima).

CORREIO BRAZILIENSE (2007) **Amazônia à míngua**. Publicado em [<http://www.correioweb.com.br>]. Disponibilidade 05/06/2012.

DEFESABR (2008) **Amazônia ameaçada**. Publicado em [[http://www.defesabr.com/MD/md\\_amazonia.htm](http://www.defesabr.com/MD/md_amazonia.htm)]. Disponibilidade 05/06/2012.

ESTADOS UNIDOS (2010) **National Security Strategy**. Publicado em [[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)]. Disponibilidade 12/08/2012.

EXÉRCITO BRASILEIRO (2010) **Projeto Amazônia**. Publicado em [<http://www.youtube.com/watch?v=EOnnEYP-nwA>]. Disponibilidade 05/06/2012.

IBGE (2010). **IBGE lança o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil, em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade**. Publicado em [[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=169](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169)]. Disponibilidade 03/06/2012.

JOBIM, Nelson A. (2008). Apresentação de slides realizada na **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal – Subcomissão Permanente da Amazônia**. Publicado em [[http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cre/ap/AP20081118\\_CrepaAudPub96a.pdf](http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cre/ap/AP20081118_CrepaAudPub96a.pdf)]. Disponibilidade 02/06/2012.